LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.504, DE 30 D SETEMBRO DE 1997

Estabelece Normas para as Eleições.
DA ARRECADAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS
Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretament doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: I - entidade ou governo estrangeiro; II - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantido com recursos provenientes do Poder Público; III - concessionário ou permissionário de serviço público; IV - entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
V - entidade de utilidade pública; VI - entidade de classe ou sindical; VII - pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior. VIII - entidades beneficentes e religiosas; *Inciso VIII acrescido pela Lei nº 11.300, de 10/05/2006. IX - entidades esportivas que recebam recursos públicos; *Inciso IX acrescido pela Lei nº 11.300, de 10/05/2006. X - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; *Inciso X acrescido pela Lei nº 11.300, de 10/05/2006. XI - organizações da sociedade civil de interesse público." *Inciso XI acrescido pela Lei nº 11.300, de 10/05/2006.
Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação aplicação de recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota d Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidate beneficiados por abuso do poder econômico.